



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13952 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT02 - História da Educação

DISPUTAS PELOS SENTIDOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS DA ESCOLARIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA AMÉRICA LATINA, EM PRINCÍPIOS DO SÉCULO XX

Kaithy das Chagas Oliveira - INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS - IFG

DISPUTAS PELOS SENTIDOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS DA ESCOLARIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA AMÉRICA LATINA, EM PRINCÍPIOS DO SÉCULO XX

RESUMO

A pesquisa de cunho bibliográfico e documental problematizou o silenciamento imposto aos projetos de escolarização da classe trabalhadora que estiveram vinculados às lutas operárias, especialmente aquelas vinculadas aos coletivos libertários, nos finais do século XIX e início do século XX, na América Latina. Foram tomados como casos emblemáticos os países Argentina e Brasil, que obtiveram significativo êxito na consolidação de experiências voltadas à formação escolar pautadas nos princípios: racionalista, laico, integral e voltado à “coeducação entre sexos” (aspecto precursor da ideia de igualdade de gênero). A busca pelos escritos preservados por vários arquivos explorados e analisados nesta pesquisa pôde evidenciar a incansável disputa pelos sentidos político e pedagógico da “Escola Popular”, que, inspirada na perspectiva ferreriana da Escola Moderna de Barcelona, contribuiu para pensar e praticar um mundo passível de ser transformado pelo viés da solidariedade e autogestão ácrata, inserindo a escolarização racionalista no esforço transnacional das lutas operárias. Além disso, a narrativa da sociedade edificada sem conflitos é problematizada a partir da noção de benjaminiana de “História a contrapelo” por meio da demonstração da presença de outros agentes silenciados na disputa pelos sentidos políticos que realizaram proposituras de Escolas Populares para além do discurso oficial/hegemônico historiográfico.

Palavras-chave: Escola Popular; Movimento Operário; Anarquismo; Argentina; Brasil.

INTRODUÇÃO

Partindo de uma concepção eurocêntrica da história, a instituição escolar emerge na

como *locus* destinado à instrução dos “filhos das classes dirigentes e médias” na Antiguidade Mediterrânea, por meio do ensino da “cultura retórico-literária, do bem falar e do bem escrever, quer dizer, persuasivo e eficaz, além de respeitoso das regras rigidamente estabelecidas” (CAMBI, 1999, p. 49). A escolarização também ocuparia um lugar importante no processo de colonização latino-americana. Com o programa determinado pelas missões jesuítas, auxiliou na disseminação de uma outra visão de mundo, ocidental-cristã, alcançando êxito no processo de conquista realizado por espanhóis e portugueses (PAIVA, 2000). Ainda que escola tenha transformado sua finalidade ao longo destes séculos, nos mais diferentes períodos o seu acesso esteve restrito a uma pequena parcela das populações das sociedades.

Na passagem do século XVIII para o século XIX, a possibilidade da extensão gradativa da escolarização para o todo da população que formavam os Estados-nacionais que foram se constituindo a partir daí, passa a ser objeto de intensos debates e disputas de proposições de projetos de escolarização da classe trabalhadora. Era tempo de consolidar a hegemonia burguesa e capitalista, que contaria com a escolarização das camadas populares para garantir a direção que as massas deveriam seguir, tornando-se recurso auxiliar das soluções repressivas que se desenvolveram após o processo revolucionário, que permitiu que a burguesia se tornasse a classe principal/dominante (GRAMSCI, 2017; LOPES, 2008).

Neste contexto, emerge um modelo de escola que se definia pela dicotomização do espaço escolar, formando uma segunda rede de ensino destinada à classe trabalhadora, a Escola Popular^[1]. Segundo Tragtenberg (2018), isso ocorreu em função dos interesses de “reprodução das relações de produção”, que “garante distribuição material, repartição dos indivíduos nos dois polos da sociedade” e “garante função política e ideológica de inculcação” (p. 189). A noção de universalização da escolarização se constituiu como aspecto fundamental da concretização dos Estados nacionais latino-americanos. Tanto na Argentina quanto no Brasil, o tema da escolarização popular compôs, de modo recorrente, os discursos imaginativos da nação, como tratado por Anderson (2017).

A escolarização ampliada era compreendida como aspecto fundamental da formação das nações e promotora da saída do atraso que assolavam os países latino-americanos. Urgia entrar no ritmo da história e a Escola Popular auxiliaria nesse processo. Desse modo, a concepção de escola que vai se hegemonizando é essa de ampliações dos vagões da locomotiva do progresso, sem alterar a compartimentação dos vários seguimentos sociais. A historiografia da educação que representou o discurso hegemônico, silenciou uma série de proposições de Escolas Populares que se colocavam como alternativas para este modelo. Partindo da problematização da ausência das vozes dissonantes, que questionaram os princípios educativos e interesses sociais e políticos das escolas estatais e confessionais, esta pesquisa buscou outras vozes e sentidos constituídos neste contexto, de modo que fosse possível alcançar o “silêncio dos vencidos” (DE DECCA, 1997), por meio de uma a mirada da “história a contrapelo” (BENJAMIN, 2012; CHAUI, 1981).

O exercício de busca pelas vozes silenciadas na historiografia da educação argentina e brasileira revelou as experiências das Escolas Racionalistas propostas pelos coletivos

libertários que compuseram o movimento operário, dos finais do século XIX e princípios do século XX nos dois países latino-americanos. Entre essas propostas estava a Escola Moderna, concebida pela rede de intelectuais e militantes formados em torno da figura do catalão Francisco Ferrer y Guardia, que foi o modelo mais exitoso na disputa pelos sentidos políticos e pedagógicos da Escola Popular na América Latina.

METODOLOGIA

O recurso metodológico utilizado na pesquisa foi o da dupla comparação. Por um lado, buscou-se destacar aspectos históricos, políticos, sociais e educacionais que aproximam e/ou distanciam os casos analisados, a saber Argentina e Brasil (FAUSTO; DEVOTO, 2004). Por outro, a comparação, mediante a análise dos sentidos políticos e pedagógicos, de dois modelos de escolarização popular: as escolas tomadas como hegemônicas, representadas pelas Escolas Estatais e as Escolas Confessionais; e as Escolas Racionalistas, constituídas pelo aporte dos movimentos operários de matiz libertário. A utilização do recurso da comparação se deu a partir da indicação de Marc Bloch (1963), quando afirma que “duas condições são necessárias para que haja, historicamente falando, uma comparação: certa semelhança entre os fatos observados – é claro – e certa dessemelhança entre os ambientes em que são produzidos” (p. 16-17, livre tradução).

Do ponto de vista procedimental, foi utilizado o recurso bibliográfico e documental a partir do levantamento das produções acadêmicas relacionadas ao tema da Escola Popular nos dois países. A pesquisa de campo buscou explorar espaços formais e não formais de arquivos dos movimentos operários na América Latina, bem como bibliotecas, nas cidades de São Paulo, Campinas (SP) e Buenos Aires. Foram explorados um conjunto de materiais impressos, tais como jornais, folhetos, revistas, entre outros materiais.

Os materiais selecionados para leitura e análise foram os seguintes: 1) Resoluções construídas nos congressos operários do início do século XX na Argentina, junto à *Federación Obrera Regional Argentina* (FORA) e Resoluções dos Congressos realizados pela *Confederação Operária Brasileira* (COB), no Brasil; 2) Os periódicos *La Protesta Humana / La Protesta*, *Revista Mensual Francisco Ferrer*, *Revista Mensual La Escuela Popular* e *Boletín de la Liga de Educación Racionalista*; 3) Jornais *O Amigo do Povo* e *A Lanterna*, além dos folhetos produzidos pelas Escolas Modernas de São Paulo, o *Boletim da Escola Moderna* e o jornal *O Início*.

A ESCOLA ESTÁ NO JORNAL E O JORNAL ESTÁ NO MUNDO

A conservação de acervos como jornais, panfletos, revistas e outros materiais de divulgação das lutas travadas pelos movimentos operários, no início do século XX, possibilitaram o conhecimento acerca das proposições de Escolas Populares anarquistas, que emergiram a partir de uma estreita vinculação com o conjunto de práticas sindicais que se

desenvolveram nos dois países, Argentina e Brasil. Ambos localizados em um plano mais amplo de lutas de trabalhadores e trabalhadoras, em dimensão transnacional. A indissociabilidade destas propostas escolares com as lutas trabalhistas indica que a “*lucha económica-corporativa debía estar auxiliada, de manera permanente, por una estrategia más amplia de transformación moral-cultural de las masas oprimidas*” (BARRANCOS, 1990, p. 87).

As proposições alternativas de Escolas Populares na Argentina e no Brasil foram surgindo nos finais do século XIX, como escolas livres, laicas, racionalistas, mas foi o modelo da Escola Moderna de Barcelona que ganhou expressão e força entre os movimentos operários organizados, mediante a articulação de intelectuais livres-pensadores e/ou anticlericais, indivíduos e coletivos progressistas que entenderam a importância em constituir uma proposta de Escola Popular a partir da classe trabalhadora. Foram estas propostas que mais tiveram êxito nas décadas iniciais do século XX e se alicerçavam nos princípios da laicidade, racionalismo, formação integral, coeducação entre sexos (educação mista) e solidariedade de classe. Estas experiências foram materializadas a partir do projeto da Escola Moderna de Barcelona, constituída a partir de uma rede de militantes e intelectuais, homens e mulheres, em torno da referência política e pedagógica do catalão Francisco Ferrer y Guardia (SILVA, 2013) e se fizeram presentes nos principais centros urbanos das Américas do início do século XX.

Após o trágico final de Ferrer, condenado injustamente à pena capital em outubro de 1909, transformou-se em mártir mobilizador do movimento operário em escala global. O jornal *A Lanterna* foi o grande mobilizador de uma campanha para a abertura de Escolas Modernas na cidade de São Paulo, com a criação do Comitê da Escola Moderna ainda no ano de 1909, com decisiva mediação do tipógrafo e militante anarquista Edgard Leuenroth. Muitas publicações voltadas ao debate do sentido político da Escola Popular em São Paulo, no Brasil e no mundo, passariam a compor o escopo das análises e das denúncias realizadas pelo jornal, com recorrentes textos de reflexão pedagógica e social acerca da necessidade de se levar a cabo propostas de Escolas Populares alternativas, principalmente sob o signo da Escola Moderna tal qual concebida por Francisco Ferrer y Guardia, como uma ferramenta de contraposição à sociedade vigente. No caso argentino, o jornal *La Protesta* foi responsável pelo levantamento de fundos e divulgação da proposição da Escola Moderna na Região Platina.

O caso mais bem-sucedido de Escola Popular Racionalista no Brasil, e quiçá em toda a América Latina, foi a Escola Moderna N. 1, na cidade de São Paulo. Como Escola Moderna, funcionou por aproximadamente sete anos, no período de 1912 a 1919, exerceu um papel muito importante na consolidação de um modelo alternativo de Escola Popular naquele momento. Diferentemente da Argentina, que as Escolas Modernas eram concorrentes das redes já consolidadas em todo território nacional, no Brasil estas escolas ocupavam um vácuo deixado pelo Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposição de Escolas Populares libertária deriva de um posicionamento político, no sentido mais amplo do termo, porque confrontava a divisão desigual de poderes, em especial no que tange ao acesso ao conhecimento acadêmico, que se restringia nesse período à classe dominante. A partir das análises dos documentos mencionados, foi possível verificar a permanente crítica da apropriação privada dos conhecimentos produzidos coletivamente, ao largo da história, como aspecto constante dos escritos anarquistas vinculados aos movimentos operários. Esse traço é constitutivo das proposições das Escolas Populares Racionalistas que objetivavam a socialização destes conhecimentos. Decorre daí a insistente preocupação com a efetivação da laicidade e o rechaço ao dogmatismo religioso que continuava a compor, direta ou indiretamente, o processo didático-pedagógico das escolas estatais e confessionais. Além da permanente crítica ao capitalismo e às variadas formas de autoritarismos e desigualdades sociais. É, nesse sentido, que a participação dos coletivos anarquistas, na Argentina e no Brasil, pela disputa do sentido político e pedagógico da Escola Popular ressoam ainda nos tempos atuais.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- BARRANCOS, Dora. *Anarquismo, Educación y Costumbres en la Argentina de principios de siglo*. Buenos Aires: Editorial Contrapunto, 1990.
- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Organização e tradução de João Barreto. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- BLOCH, Marc. *Pour une histoire comparée des sociétés européennes*. In : *Mélanges historiques*. vol. 1, Paris: S.E.V.P.E.N., 1963.
- CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. *História a contrapelo (Prefácio)*. In: DE DECCA, Edgar Salvadori. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DE DECCA, Edgar Salvador. 1930: O silêncio dos vencidos. Memória, História e Revolução. 6ª ed. 1ª Reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada*. Tradução dos textos em castelhano por Sergio Molina. São Paulo: Editora 34, 2004.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Volume 5. Edição e tradução de Luiz Sergio Henriques; coedição de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- LOPES, Eliane Maria Teixeira. *As origens da educação pública: a instrução na revolução burguesa do século XVIII*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

PAIVA, José Maria de. Educação Jesuítica no Brasil Colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive (Orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, Rodrigo Rosa da. *Anarquismo, Ciência e Educação*: Francisco Ferrer y Guardia e a rede de militantes e cientistas em torno do ensino racionalista (1890-1920). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, p. 379. 2013.

TRAGTENBERG, Maurício. A escola como organização complexa. In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 39, nº 142, p. 183-202, jan.-mar., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/pnS8pJwmqZQmy74Nq4dKpHf/?format=pdf&lang=pt>, consulta em 10/02/2021.

[1] A expressão “Escola Popular” faz alusão ao termo corrente utilizado pelos autores que propuseram análises e propostas de escolarização para a classe trabalhadora, ao longo do século XIX e início do século XX. Outras expressões análogas também são encontradas, tais como: “Instrução Popular”, “Instrução Pública”, entre outras.